

## Um estudo da recente transformação na estrutura social do Brasil: nova classe média?

*Amanda Lima Martins\**

*André Luiz Correa\*\**

**Resumo:** O recente período de dinamização econômica no Brasil, alavancado pelo modelo de consumo de massa, políticas de renda e políticas sociais, provocaram uma mudança na estrutura social do país. Pesquisas apontam uma considerável diminuição da pobreza e neste contexto, surgiu o questionamento: quem são estas pessoas? Caso tenham deixado de ser pobres, como classificá-las de acordo com a situação econômica? A fim de responder a tais indagações, nasceram diferentes abordagens, destacam-se duas: a primeira entende tratar-se de uma nova classe média e a segunda considera ser uma parcela da classe trabalhadora que continua superexplorada. Desta forma, torna-se relevante analisar a real existência de uma nova classe social e se esta pode ser identificada como classe média.

**Palavras-Chave:** Estrutura Social. Nova Classe Média. Classe C. Classe Média.

### **A study of the recent change in social structure of Brazil: new middle class?**

**Abstract:** The recent economic dynamism season in Brazil, driven by mass consumption model, income and social policies, caused a change in the social structure of the country. Research shows a considerable decrease in poverty and in this context, the question arose: Who are these people? If they have ceased to be poor, how to classify them according to the economic situation? In order to answer such questions were born different approaches, we highlight two: the first considers that this is a new middle class and the second considers to be a part of the working class that continues overexploited. Thus, it becomes important to analyze the actual existence of a new social class and whether it can be identified as middle class.

**Keywords:** Social Structure. New Middle Class. Class C. Middle Class.

**Classificação JEL:** Z13; Z18.

## **1. Introdução**

Nos últimos anos, o Brasil dinamizou sua econômica por meio do mercado interno, utilizou-se o modelo de consumo de massa, alavancado por políticas de renda e políticas sociais que provocaram uma mudança na estrutura social do país. Após a estagnação econômica vivenciada na década de 1980 e as políticas neoliberais implementadas nos anos 1990, o país voltou a apresentar taxas mais robustas de crescimento econômico.

Neste novo cenário, foi possível observar um aumento considerável no nível de ocupação da população e, por consequência, uma redução das taxas de desemprego. Além

---

\*Universidade Estadual de São Paulo – Unesp. E-mail: amandalmmartins@yahoo.com.br.

\*\*Docente da Universidade Estadual de São Paulo – Unesp. E-mail: andrelc@fclar.unesp.br.

disso, cresceu consideravelmente a participação do emprego formal no total das ocupações do país, sendo verificada ainda uma elevação dos salários.

As políticas voltadas para a melhora das condições do trabalho foram acompanhadas de medidas econômicas de expansão do crédito que incentivaram o consumo de massa: com maiores salários, os trabalhadores passaram a ter mais acesso aos variados bens de consumo.

Assim, em meados dos anos 2000, a economia brasileira, beneficiada por um ambiente macroeconômico favorável, viveu um período de crescimento da riqueza nacional, equilíbrio das contas externas e controle da inflação. Diversas ações do governo contribuíram para a melhora da qualidade de vida no país: redução da taxa de juros, aumento dos investimentos em políticas sociais, estabilidade política, expansão do sistema universitário, maior facilidade de acesso ao ensino de maneira geral, dentre outros.

Como resultado da dinamização econômica brasileira, diversas pesquisas trazem como resultado uma significativa redução da pobreza no país e, nesse sentido, cabe investigar quem são essas pessoas e a qual estrato social elas pertencem. Alguns estudos apontam para o surgimento de uma nova classe média brasileira, enquanto outros consideram esta como sendo a mesma classe social que continua a ser explorada em decorrência do modo de produção vigente.

Este estudo pretende verificar a existência ou não do fenômeno de ascensão de uma nova classe média brasileira nos anos recentes (2003-2010) e em que medida isto ocorreu, caracterizando este novo grupo da sociedade e verificando em até qual ponto ele possui caráter transformador. Inicialmente, serão apresentadas as diferentes análises existentes sobre a nova classe média, bem como suas delimitações, características, critérios de definição, fatores determinantes para sua ascensão, dentre outros. Buscar-se-á também identificar a adequação desta denominação ao referido grupo social ascendente, com a incorporação de aspectos históricos e sociológicos.

Para tanto, serão apresentadas as diferentes teorias que envolvem as principais variáveis existentes no cerne do problema, especialmente a concepção de classe média, a metodologia utilizada pela tese hegemônica de ascensão de uma nova classe média brasileira e a análise de dados como renda familiar, arranjo familiar, nível educacional, ou seja, adota-se variáveis que ultrapassam a determinação de classe somente pela renda auferida. A princípio entende-se que a Classe C pouco se assemelha com a tradicional classe média em diversas questões, portanto a utilização do termo “nova classe média” não é adequado para tal parcela da sociedade.

Este estudo está estruturado em quatro partes. Esta introdução buscou contextualizar de forma breve a conjuntura brasileira recente (2003-2010) em que foi verificado um crescimento econômico aliado à distribuição de renda e sua relação com a possível ascensão de uma nova classe média. O Item 2 é dedicado à compreensão deste termo, que foi amplamente difundido como um fenômeno totalmente inovador (nova classe média). Trataremos ainda de concepção de classe média, fatores determinantes para a ascensão da Classe C, e, por fim será discutida a abordagem das perspectivas: Nova Classe Média X Novo Proletariado.

A terceira parte apresenta um conjunto de indicadores de estatística descritiva, com objetivo de qualificar a Classe C com critérios que vão além da renda auferida. Para isso, serão utilizadas as bases de dados da PNAD do período de 2002, 2005, 2009 e 2011. A fim de realizar a caracterização mais qualitativa foram utilizadas as seguintes variáveis chaves: tipo de trabalho (delimitação própria), horas trabalhadas, nível de educação, arranjo familiar, distribuição geográfica, gasto com moradia, tamanho da família, dentre outras. O parâmetro de comparação da Classe C é a tradicional classe média, segmento da sociedade já consolidado.

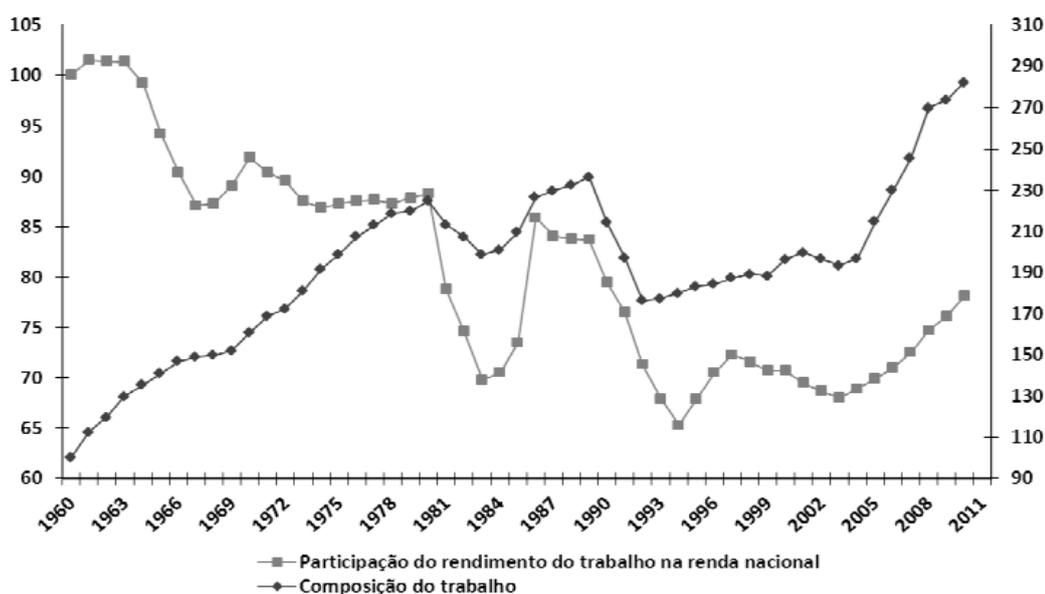
Por fim, nas Considerações Finais, serão elencados os principais pontos discutidos no trabalho, bem como as constatações sobre a ascensão da classe C e se esta pode ser qualificada como classe média no Brasil. Isto por meio da discussão explanatória sobre classe média e ascensão da classe C realizada no item 2 somada a análise de dados contida no item 3 a fim de caracterizar a parcela da sociedade pertencente a faixa de renda aqui tratada comparada a tradicional classe média.

## **2. Ascensão da Classe C: Nova Classe Média?**

Na primeira década dos anos 2000, assistimos a uma nova intervenção política da classe trabalhadora na economia do país por meio das eleições de 2002, 2006 e 2010. De modo acanhado e instável, estes governos superaram a estagnação hegemônica dos anos 90 e o país voltou a apresentar taxas mais altas de crescimento econômico. Boito (2012) nomeia a nova fase do país como neodesenvolvimentista, por meio da qual a política é voltada para o crescimento econômico com certa transferência de renda. Contudo, tal transferência não acarreta o rompimento do modelo econômico neoliberal.

Neste contexto, houve um acelerado crescimento da ocupação e, conseqüentemente, queda nas taxas de desemprego; sobretudo cresceu a participação do emprego formal no total

das ocupações, acompanhado por um aumento da massa salarial (BIELSCHOWSKY; SOUZA, 2010). Neste mesmo sentido, a evolução dos índices da participação do rendimento do trabalho na renda nacional e da composição do trabalho contida no Gráfico 1 explicita um ponto de inflexão a partir de 2004. Isto porque, a partir de então os salários adquiriram maior importância na composição da renda nacional ao mesmo tempo em que situação geral dos trabalhadores melhorou, evidenciado pelo índice da composição do trabalho. Esse último reflete ampliação da taxa de ocupação, formalização dos empregos e queda da pobreza absoluta.



**Gráfico 1:** Brasil: Evolução dos índices da participação do rendimento do trabalho na renda nacional e da composição do trabalho (1960 = 100)

Fonte: IBGE/Contas Nacionais (elaboração Ipea).

Os salários aumentaram em 14,8% sua participação na renda nacional entre 2004 e 2010, diferindo-se da tendência de queda brusca vivenciada entre a década de 1980 e 2003, período no qual a participação do rendimento do trabalho na renda nacional decaiu 23%. Durante este período de baixa, a renda do salário perdeu espaço para a expansão da renda da propriedade, por meio do aumento dos lucros, juros, aluguéis, etc., o que reflete o intenso processo de concentração de renda verificado nestes anos (POCHMANN, 2012).

Nesses termos, pode-se afirmar que a situação geral do trabalhador melhorou. Os salários adquiriram parcelas maiores da renda nacional, não só devido ao crescimento econômico, mas também à política de valorização do salário mínimo e às ocupações criadas na década de 2000. A medida econômica adotada como estratégia de crescimento foi a

expansão do crédito, que incentivou o consumo de massa. Dispondo de maiores rendimentos, os trabalhadores passaram a ter ampliado seu acesso aos bens de consumo.

Este cenário abre espaço para a discussão sobre uma possível ascensão de uma nova classe social no país. Marcelo Neri, em “A Nova Classe Média” (2008), amplia o uso do termo “Nova Classe Média” para o segmento da sociedade que auferir uma renda domiciliar média do Brasil, nomeada também de Classe C. O autor considera esta parcela da sociedade como os domicílios das famílias que possuem uma renda mensal que varia entre 1.200 e 5.174 reais a preços de 2011.

## 2.1. Concepção de Classe Média

A ampliação da classe média está relacionada, em grande parte, ao aumento da renda e, conseqüentemente, dos padrões de consumo de famílias representantes dos estratos sociais mais populares, que trouxeram melhoras significativas na qualidade de vida dessas pessoas. No caso do Brasil, a recente retomada do crescimento econômico e sua estabilidade, o crescimento dos níveis de emprego, as políticas de transferência de renda e as facilidades de acesso ao crédito podem ser considerados fatores que contribuíram para a emergência/expansão da (nova) classe média.

[...] A geração de empregos dos segmentos inferiores e a melhora de seus rendimentos foram os fenômenos fundamentais que (...) explicam a ascensão (...) da nova classe média dos anos 2000 (...) – reforçados pela propagação dos aumentos do salário mínimo nos benefícios previdenciários e assistenciais e (...) pela expansão do Programa Bolsa Família (...) (QUADROS et al., 2012, p. 3).

A origem da discussão sobre classe média pode ser identificada em Marx e Weber, em análises feitas nas sociedades capitalistas dos séculos XIX e XX, nas quais se evidenciou a existência de “(...) grupos intermediários, sejam eles a pequena burguesia proprietária ou os empregados assalariados, supervisores, técnicos, etc.” (SCALON; SALATA, 2012 apud BURRIS, 1986, p.5) e da formação de burocracias que representam o crescimento da nova classe média.

Para Marx, a divisão em classes pode ser vista como a expressão de relações de conflitos e exploração de determinada parcela das sociedades, ou seja, refere-se à posição ocupada pelos indivíduos nas relações sociais de produção: capitalistas detentores dos meios de produção versus proletariado detentor unicamente de sua força de trabalho.

A concepção de classe social refere-se à inclusão de indivíduos que possuem características semelhantes no que tange à sua ocupação enquanto parte integrante da

sociedade, o que é importante, pois permite, segundo Scalon e Salata (2012, p.6) “melhor classificar os indivíduos de acordo com suas chances de vida”, ou seja, em relação aos seus interesses e oportunidades. Trata-se de uma ideia ampliada, que ultrapassa os limites da estratificação social classificada apenas pelo critério renda.

Segundo Trópia (2008), em uma análise marxista da divisão social em classes, o quesito renda não é suficiente para delimitar os diferentes grupos sociais:

[...] o marxismo compreende o indivíduo e a família como expressões de relações de classe. O indivíduo ou a família não são átomos isolados socialmente e nem refratários às condições sociais. O aspecto esclarecedor do conceito marxista de classe é que ele nos permite compreender não apenas a posição social dos indivíduos, mas de suas famílias. É possível haver mobilidade social, ou seja, um indivíduo cuja origem era operária ou camponesa pode ascender à condição de trabalhador não manual e, levando em conta esta base conceitual, tornar-se classe média (TRÓPIA, 2008).

Abordando uma perspectiva diferente, mas não antagônica à de Marx, o francês Pierre Bourdieu condiciona a sustentabilidade do sistema capitalista à dominação simbólica das classes sociais. Esta seria uma condição *sine qua non* para sua manutenção enquanto sistema econômico predominante desde a era moderna, pois por meio desta dominação, é possível cultivar uma mentalidade pró-capitalista. A dinâmica e o conflito de classe são intrínsecos ao capitalismo, assim como a distinção econômica, social e cultural de suas partes componentes. Seguindo a lógica de pensamento de Bourdieu, o capital cultural é, então, uma variável sociológica determinante na necessária diferenciação entre os estratos. Desta forma, a ascensão de um estrato social exige critérios básicos de distinção de seus membros em relação a outros, por meio dos hábitos de consumo, cultura e até mesmo padrões de socialização. Assim, os estratos superiores exercem uma dominação simbólica e cultural a que também se propõe o capital.

Na década de 1950, o sociólogo norte americano Charles Wright Mills realizou um estudo a respeito da estrutura de classes na sociedade industrial de seu país, no qual foi verificado o crescimento de uma nova classe média, da qual faziam parte administradores, técnicos e trabalhadores de escritório, diferente da antiga classe média, composta basicamente por pequenos proprietários. Esses profissionais, apesar de não serem proprietários, eram responsáveis pela administração dos negócios e possuíam um status que os diferenciavam dos demais trabalhadores.

Mills considera além da propriedade, a existência de outros fatores para a definição de camadas sociais: rendimento, propriedade e situação de status. Tais constatações pautadas no estudo da classe média americana permitiram traçar seu perfil: existência de contrato de

trabalho e pagamento mensal, diferenciação no modo de vestir, busca por prestígio, autonomia limitada em relação à corporação na qual o indivíduo se insere e alto padrão de consumo.

De início, a classe média era composta fundamentalmente por profissionais liberais em um quantitativo de trabalhadores pouco expressivo. Já no século XX, os trabalhadores pertencentes a esta classe superaram a classe de operários em termos numéricos e passaram a exercer funções relacionadas à burocracia, administração, finanças e no setor de prestação de serviços, tanto no âmbito público, quanto no privado (TRÓPIA, 2008).

A nova classe média de Mills se referia então à expansão do emprego de colarinho branco (*white collar*), típica da estrutura ocupacional da grande empresa da 2ª Revolução Industrial. O conceito de nova classe média englobava ocupações das mais diversas e rendimentos os mais díspares: do vendedor de loja ao diretor do grande banco, do *office boy* ao advogado do grande escritório. Tal definição não pode possuir um caráter estático, pois o progresso tecnológico e as transformações revolucionárias das estruturas produtivas, urbanas e ocupacionais, provocam diferentes mudanças nas estruturas sociais ao longo do tempo (QUADROS et al., 2012).

Os estudos de Mills foram fortemente influenciados pela teoria de Max Weber, para quem o montante de renda é o fator determinante da posição social que o indivíduo ocupa. Assim, de uma maneira bem geral, as pessoas que ocupam uma posição intermediária na pirâmide social, ou seja, nem a maior e nem a menor, fazem parte da classe média e a atual divisão social nas subclasses A, B, C, D e E tem origem nesta discussão.

Em 2000, Goldthorpe, também influenciado por Weber, relacionou em suas análises as condições de empregos sobre as quais estava submetida esta nova classe, como estabilidade em relação à remuneração, qualificação profissional e dificuldade em determinar seu tipo de trabalho, ou seja, sua definição de grupos de classes está pautada sobre os contratos de trabalho.

Por outro lado, o sociólogo marxista Erik Olin Wright, em sua análise sobre a estrutura de classes, delimita três tipos de ativos para sua estratificação: produção, habilidades e organização. Sua análise é voltada para o tipo de trabalho exercido pelos trabalhadores no processo produtivo, considerando a posição do indivíduo na organização.

[...] Cada um desses três tipos de ativos funcionaria como um dos eixos a partir dos quais as classes seriam delimitadas. Dessa maneira, uma mesma classe poderia estar em posições distintas nos diferentes eixos. As classes médias se caracterizariam, justamente, por estarem em posições contraditórias em relação aos diferentes ativos. Não seriam proprietárias dos meios de produção (com exceção dos pequenos

empregadores), mas possuiriam habilidades e/ou estariam em posição privilegiada no que se refere à organização. Para Wright, fariam parte das classes médias os pequenos empregadores, gerentes, supervisores e trabalhadores manuais qualificados (SCALON; SALATA, 2012, p. 3).

No período recente, percebe-se que a classe média tem sofrido alterações em sua estrutura, especialmente devido às crises do sistema capitalista e de seu desenvolvimento. Ao longo de todo o século XX, a classe média cresceu consideravelmente, devido ao próprio crescimento das economias, dos setores de serviços e das burocracias. Por outro lado, algumas ocupações perderam espaço em detrimento de outras, o que é resultado também, mas não somente, das políticas neoliberais e de reestruturação nas empresas, uma vez que processos de terceirização, automação e de produção passaram a ser incorporados nas organizações.

Podemos ainda, distinguir três padrões capitalistas distintos de reprodução da classe média. O primeiro, representado pela antiga classe média proprietária, a qual era composta pelo setor agropecuário, de pequenos proprietários rurais a proprietários de negócios e profissionais liberais. Um segundo padrão seria da nova classe média assalariada da grande empresa a qual Mills qualifica. O setor predominante deste padrão é a indústria e as principais categorias sócio ocupacionais são: gerentes, administradores, burocratas privados e públicos, professores universitários, entre outros. Por fim, tem-se o padrão de reprodução da emergente classe média pós-industrial que se apoia no setor de serviços e é constituída por gestores de métodos e processos, analistas, tecnólogos, etc. (GUERRA et al. 2006).

Entende-se, portanto, que devido à sua amplitude, a classe média é formada por um conjunto bastante heterogêneo de indivíduos, cujos tipos de trabalho são muito díspares entre si, características potencializadas pelas diferentes ideologias e aspirações.

## **2.2. Fatores determinantes para a ascensão da Classe C**

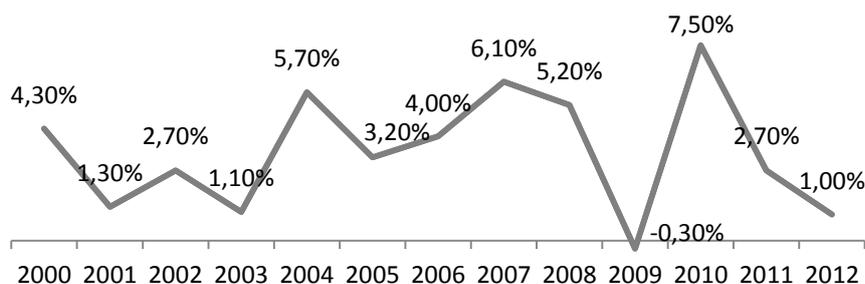
O período recente pode ser qualificado como um momento histórico importante do Brasil, pois conseguiu combinar a maior ampliação da renda por habitante com a redução no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho. Tal mudança sensibilizou o Índice de Gini, que em 2002 era de 0,563 e em 2008 caiu para 0,521. O Índice de Gini mede a desigualdade de renda nas regiões, sendo que quanto mais próximo de 1, mais desigual é considerada a localidade.

Entretanto, mesmo com a queda verificada no coeficiente, a distribuição de renda brasileira permanece como uma das piores do mundo. Embora o Brasil seja a sexta economia do mundo, no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o país ocupa a 84<sup>a</sup>

posição entre 187 países. Nos últimos cinco anos, o país avançou apenas três posições. Em relação ao IDHAD (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade) o país ocupa a 73ª posição entre 134 países. Diferentemente do IDH, o IDHAD combina dados que consideram além da distribuição de renda, a distribuição de saúde e educação (PNUD, 2013).

Mesmo que o Brasil não tenha alcançado uma distribuição de renda justa, observa-se no período recente a ascensão da Classe C, estrato da sociedade compreendido pelas famílias que auferem renda domiciliar dentro do intervalo de 1.200 a 5.174 reais a preços de 2011. O crescimento econômico não foi o único fator determinante para que uma parcela considerável da força de trabalho superasse a condição de pobreza. Destaca-se ainda: aumento do emprego formal, valorização salário mínimo, expansão do crédito, queda na taxa de juros, estabilização econômica (controle da inflação).

Na primeira década dos anos 2000 o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu a níveis expressivos logo após 2003 (Gráfico 2), quando houve uma crise de confiança devido à eleição de 2002, a qual instituiu Lula como Presidente da República. Em 2009, o desempenho do crescimento foi comprometido pela crise financeira internacional de 2008. O período entre crises acumulou um crescimento de 23%, média de 4,6% ao ano. O crescimento econômico, aliado à uma política voltada para distribuição de renda, trouxe um ciclo virtuoso que combinou um crescimento acelerado da ocupação, provocando a queda nas taxas de desemprego.

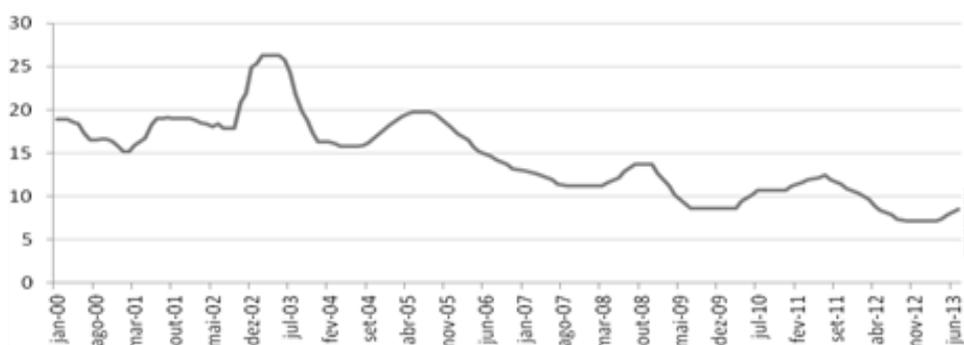


**Gráfico 2:** Variação Real do PIB 2000 a 2012

Fonte: BACEN.

A aceleração do crescimento econômico foi estimulada em grande medida pela diminuição da inflação e dos juros, conforme apresentado nos Gráficos 3 e 4. A trajetória da taxa de juros é de queda contínua a partir de 2005 - naquele ano a taxa girava em torno de 20% a.a. Já em 2012, a taxa de juros auferiu seu menor valor no período, 7,25% a.a.

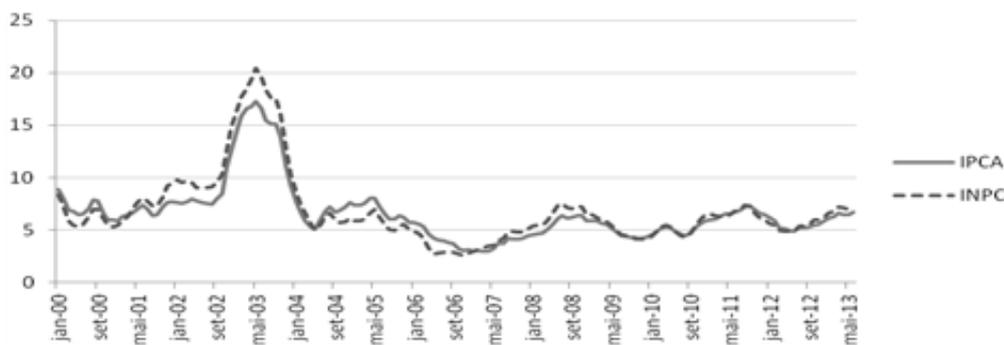
De 2003 a 2005, nota-se uma política menos flexível em relação à taxa de juros, pois a prioridade era o controle da inflação, dado que o governo manteve o compromisso com o Regime de Metas de Inflação (RMI). Assim, a autoridade monetária elevou os juros em diversos momentos, com a finalidade de conter a inflação, para que esta ficasse dentro da meta.



**Gráfico 3:** Evolução da Taxa Selic de Janeiro de 2000 a Junho de 2013

Fonte: BACEN.

Contudo, a partir de 2005, notou-se uma mudança na trajetória da taxa de juros, que passou a ser descendente. Isto representou a adoção de uma postura mais flexível na condução da política monetária em relação ao primeiro triênio do governo Lula (BIELSCHOWSKY; SOUZA, 2010). Neste momento, o ambiente macroeconômico era favorável e os preços das commodities estavam em alta, o que contribuiu para a valorização da moeda nacional e o barateamento da importação.



**Gráfico 4:** Evolução do IPCA e do INPC de Janeiro de 2000 a Maio de 2013

Fonte: IBGE.

Da mesma forma que a taxa de juros, a inflação começa a permanecer próxima da meta, 4,5% ao ano em 2005, variando no interior das bandas, entre cerca de 6 % e de 3% ao ano. No final de 2002, quando eclodiu a crise de confiança na economia brasileira, a inflação

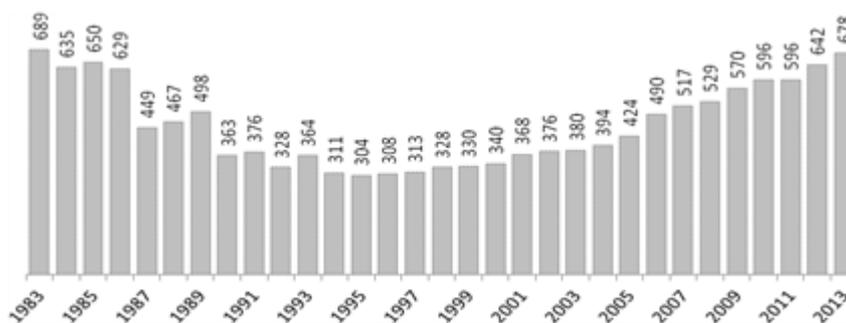
ao consumidor estava em 12,5% ao ano e continuava acelerando-se. O novo governo recém-empossado sinalizou um ajuste macroeconômico sólido de modo a retomar o controle da situação monetária. Assim, o Banco Central (BACEN) aumentou sua taxa básica de juros em fevereiro de 2003 para 26,5% a.a. Diante da postura intolerante à inflação adotada pelo governo, somada à progressiva apreciação cambial, o BACEN iniciou um processo de redução da taxa SELIC.

**Tabela 1:** Reajuste e Aumento Real do Salário Mínimo 2003-2013

Ano	Salário Mínimo (R\$)	Reajuste Nominal (%)	INPC (%)	Aumento Real (%)
2002	200	-	-	-
2003	240	20	18,54	1,23
2004	260	8,33	7,06	1,19
2005	300	15,38	6,61	8,23
2006	350	16,67	3,21	13,04
2007	380	8,57	3,3	5,1
2008	415	9,21	4,98	4,03
2009	465	12,05	5,92	5,79
2010	510	9,68	3,45	6,02
2011	545	6,86	6,47	0,37
2012	622	14,13	6,08	7,59
2013	678	9	6,1	2,73
<b>Total do Período</b>	-	<b>129,88</b>	<b>71,72</b>	<b>55,32</b>

Fonte: Dieese.

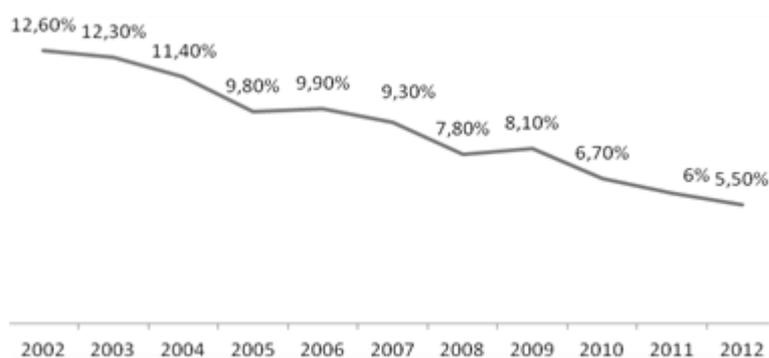
Por meio da Tabela 1, identifica-se que a partir de 2005, o governo adotou uma clara política de valorização do salário mínimo, que teve um aumento real de 8,23%. Em uma década (2003-2013), o aumento real do salário mínimo foi de 55,32%. Além disso, o Gráfico 5 aponta como o salário mínimo passou por um longo período de desvalorização e até hoje não foi equiparado ao valor de 1983 (689,00).



**Gráfico 5:** Salário Mínimo Real Médio Anual em R\$ de 01/01/2013

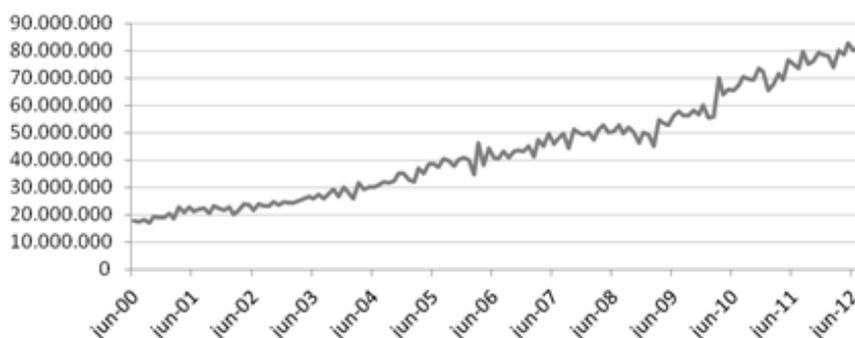
Fonte: Dieese.

A recente recuperação do valor real do salário mínimo tem contribuído decididamente para proteger e elevar o poder de compra das remunerações dos trabalhadores que se encontram nos postos de trabalho em profusão nos setores mais dinâmicos da economia nacional. Com isso, uma parcela considerável da força de trabalho conseguiu superar a condição de pobreza, transitando para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração. Na primeira década de 2000, a parcela dos ocupados com até 1,5 salário mínimo aproximou-se de quase 59% de todos os postos de trabalho (IPEA, 2011). No Gráfico 6, observa-se o comportamento da taxa de desemprego, que se apresentou decrescente entre 2002 e 2012, sendo que neste último ano seu valor foi de 5,5%.



**Gráfico 6:** Evolução da Taxa de Desemprego 2002 a 2012  
Fonte: IBGE.

No que se refere à expansão do crédito, observa-se no Gráfico 7 uma linha ascendente ao longo dos anos. Havia uma forte demanda reprimida por duas décadas de inflação elevada; somente nos anos 2000 esta demanda foi suprida, haja vista que nesse período os prazos foram esticados, os juros diminuídos e a renda aumentada. Os consumidores foram impulsionados pela confiança na expectativa de estabilização dos preços e ampliaram a demanda por bens duráveis mediante o aumento real do poder de compra dos salários.



**Gráfico 7:** Concessões consolidadas das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Total pessoa física  
Fonte: BACEN.

Com a estabilização da moeda e a redução da taxa de juros, as famílias, favorecidas pelo aumento da oferta de emprego e do salário mínimo real, puderam, pela primeira vez em décadas, se endividar. O crédito consignado e o aumento dos prazos dos empréstimos, voltados principalmente aos funcionários públicos e beneficiários da Previdência Social, também são fortes responsáveis pelo aumento na tomada de crédito.

Dado a tal cenário, o nível de endividamento das famílias dobrou de 2006 para 2012, que chegou a 43% (BACEN, 2012). Entretanto, este é um nível bem inferior quando comparado à média norte-americana, em que o percentual chega a 70%. É importante destacar que, no Brasil, grande parte da população não possui acesso ao crédito. Essa parcela é formada por pessoas excluídas da economia de mercado pelo baixo grau de instrução, pela localização geográfica ou mesmo por sua exclusão do mercado formal de trabalho, fator este primário para ter acesso ao crédito.

Avaliados em conjunto o aumento do emprego formal, a valorização salário mínimo, a expansão do crédito, a queda na taxa de juros e a estabilização econômica (controle inflação), constata-se que tais fatores foram fundamentais para elevação da renda de determinado estrato da população. É possível identificar uma estratégia política adotada pelo governo, principalmente a partir de 2005, com a finalidade de estimular o mercado interno e o consumo de massa.

### **2.3. Abordagem das perspectivas: Nova Classe Média X Novo Proletariado**

Após o longo período de estagnação econômica das décadas de 1980 e 1990, nas quais se mantiveram elevados os níveis de miséria e pobreza e, concomitantemente, a decadência das classes médias, no decorrer dos anos 2000 o Brasil passou por uma mudança em sua estrutura social. O crescimento econômico alargado pela ampliação das políticas sociais, estabilização da economia, reativação do mercado de trabalho formal, dentre outros fatores, possibilitaram que parte significativa da população brasileira auferisse uma renda mais elevada.

A partir de então, surgiram diversos estudos sobre o tema, dentre os quais se destaca o trabalho de Marcelo Neri (2008), realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, o qual introduziu o termo Nova Classe Média, referindo-se à ascensão da Classe C. Como consequência, iniciou-se um debate a respeito da adequabilidade do termo à ocorrência do fenômeno recente.

A pesquisa de Neri mensura as classes econômicas pelos seguintes estratos de renda (a preços de 2011): a Classe E constitui-se dos indivíduos que possuem uma renda domiciliar total de 0 a 751 reais, a Classe D de 751 a 1.200 reais, a Classe C de 1.200 a 5.174 reais e a Classe AB de 5.174 reais em diante. Neste cenário, a Classe C representa 50% da população brasileira de acordo com os dados da PNAD, sendo que 29 milhões de pessoas migraram para ela entre 2003 e 2009 (NERI, 2011).

Alicerçado na ideia de que a Classe C representa a faixa de renda média do país, o autor afirma que esta é a Nova Classe Média brasileira. Portanto, o conceito de classe média para ele limita-se puramente ao sentido estatístico. Além disso, fica evidenciado que este estrato de renda pode ser identificado como classe média por meio do aumento no consumo de computadores, carros, casas, expansão do crédito e, o aspecto mais importante, o aumento do trabalho formalizado. Neri ainda afirma que a Classe C detém pouco mais de 46% do poder de compra dos brasileiros em 2009 (NERI, 2010).

No mesmo estudo são detectados outros dois movimentos importantes na sociedade brasileira, contudo são pouco explorados. O primeiro é em relação à Classe E, que apresentou uma grande redução do número de participantes na primeira década dos anos 2000: 20 milhões de brasileiros deixaram tal estrato, o que representou uma diminuição de 40% entre 2003 e 2009 (NERI, 2009). O crescimento da Classe C e a redução das classes D e E seriam reflexo de um crescimento econômico mais equitativo. Entretanto, o segundo movimento a ser destacado contesta esta afirmação, já que as classes AB foram as que mais cresceram em termos relativos (40%): 6,6 milhões de brasileiros ascenderam a tal estrato de renda.

Apesar de o Brasil ainda fazer parte dos países mais concentradores de renda do mundo, o recente crescimento econômico mais equitativo trouxe uma importante vantagem: mesmo que o nível de crescimento econômico não seja expressivo, construímos um grande potencial de consumo no que se refere ao mercado interno, pois parcela do crescimento econômico do país da década de 2000 se deu com distribuição de renda. Desta maneira, uma quantidade significativa de pessoas ascendeu ao consumo, sendo que antes não possuíam esta perspectiva ou a possuíam de forma limitada.

Dar o atributo de classe social a uma determinada faixa renda nubla o significado de classe social e o entendimento das questões relativas a desigualdades. Esta perspectiva expressa a sociedade como um ajuntamento de indivíduos sem conexão, ou seja, sem história, sem passado (SOUZA, 2010), acinzentando assim a consciência de classe trabalhadora e a identidade com as lutas operárias, já que a Classe C é caracterizada sumariamente por

trabalhadores majoritariamente do setor de serviços que em sua maioria possuem precárias condições de trabalho.

[...] não se pode deduzir da estrutura de consumo ou de rendimentos a estrutura de classes de uma sociedade capitalista moderna. Nem definir o Brasil como um 'país de classe média' a partir desses critérios, sem considerar as condições mais gerais do desenvolvimento capitalista, da estruturação da sociedade, dos padrões e estilos de vida historicamente constituídos. (QUADROS et al., 2013).

Sob esta perspectiva, o crescimento dos estratos do meio da distribuição da renda do país não nos define como uma sociedade de classe média. A Classe C destoa-se acentuadamente da tradicional classe média brasileira, embora o incremento de renda tenha permitido adquirir hábitos de consumo que antes eram exclusividade da parcela mais rica da população. Diferente da anterior, a Classe C não se intitula como classe ociosa; ao contrário, tem orgulho de afirmar que conquistou sua melhor posição social à custa de seu trabalho. Souza os nomeia de *self-made men* ou batalhadores, por se tratar de um grupo que obteve prosperidade por meio de trabalho duro, mesmo sem possuir auxílio de terceiros e sem a qualificação exigida pelo mercado.

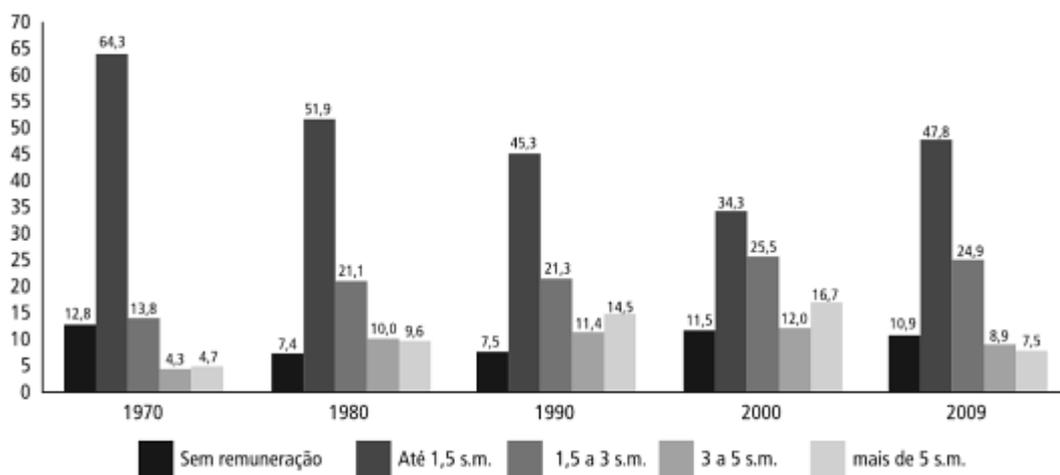
Portanto, este segmento da sociedade conseguiu sozinho romper o ciclo vicioso da pobreza excludente e este seria o principal fator para que eles não se envergonhem de declarar que isto foi fruto do trabalho, o que também justifica sua forte disposição para continuar trabalhando. Neste contexto, o consumo representa a concretização de uma conquista que se deu através da fé em si mesmo (SOUZA, 2010).

Para a tradicional classe média brasileira o consumo sempre foi um forte instrumento de marcação social, além da busca por diferenciação através da cultura e da meritocracia educacional. O consumo assume aqui um importante papel no imaginário social da classe média, que através do mérito profissional busca elevar cada vez mais o seu padrão de consumo. Assim, lugares, comidas e vestimentas são elementos que marcam a distinção entre a classe média tradicional da Nova Classe Média hoje emergente e dos pobres. Podemos desta forma, diferenciar os estratos sociais pelo o que consomem e onde concentram seus gastos. Enquanto os gastos das classes mais pobres se concentram em alimentação, moradia, vestuário e cuidados pessoais, os gastos da classe média tradicional estão concentrados em educação, cultura e lazer e serviços privados de saúde (VICENTE, 2012).

Segundo Souza e Lamounier (2010), o que diferenciaria a Nova Classe Média da classe média tradicional é o fato da última já estar estabilizada; ela se encontra enraizada em uma posição social. Por outro lado, a Classe C é um grupo ainda emergente e extremamente

vulnerável. Desta forma, este estrato está passível a choques abruptos que poderiam mudar sua situação econômica em um curto espaço de tempo. Esta vulnerabilidade está relacionada ao seu frágil capital social, às condições de incerteza do mercado de trabalho, dentre outros fatores.

Como enfatizado por Neri, a ascensão da Classe C se deu principalmente pela geração de emprego formal. O Gráfico 8 explicita os tipos de empregos que foram criados na primeira década dos anos 2000. Estes correspondem majoritariamente a ocupações com remuneração de até 1,5 salários mínimos, isto é, empregos para a massa trabalhadora. Como afirma Pochmann (2012), esta é a composição da base da pirâmide social. A atividade que mais emprega com essa faixa de remuneração é o setor de serviços, que criou 6,1 milhões de postos de trabalho de 2000 a 2010, o que equivale a 31% das ocupações criadas no país (IPEA, 2011).



**Gráfico 8:** Evolução da composição ocupacional segundo faixa de remuneração (em%)  
Fonte: IBGE/PNAD. Extraído de Pochmann, 2012.

Trata-se de uma nova classe trabalhadora do capitalismo flexível, composta por auxiliares de escritório, atendentes, vendedores, garçons, professores primários, policiais, auxiliares de enfermagem, atendentes de telemarketing, entre outros. Esta classe trabalhadora, por auferir baixa renda, possui insuficiências e carências de todo tipo, atenção dispensada à saúde, à precariedade do transporte nas grandes cidades, às condições de moradia, aos problemas de segurança pública, às incertezas projetadas para a velhice (QUADROS et al. 2013).

Além da enorme disparidade entre o piso e o teto do intervalo de renda proposto por Neri para qualificar sua intitulada Nova Classe Média, esta possui uma linha de corte para o ingresso bastante baixa, o que gera uma estrutura social com uma classe média

superdimensionada. A faixa de renda domiciliar que mensura a Classe C varia de 1.200 a 5.174 reais; o valor de ingresso não é capaz de alcançar ao menos o Salário Mínimo Necessário (SMN), conforme estipula o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). O valor do SMN é estimado em R\$ 2.824,92 – valores de março de 2013(DIEESE, 2014) e está fundamentado na Constituição Federativa do Brasil, art. 7, onde fica estabelecido que o salário mínimo deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo. Este valor é baseado em uma família de dois adultos e duas crianças.

Dado que a maioria dos trabalhadores brasileiros (55%) recebe até três salários mínimos, podemos afirmar que eles estão sendo superexplorados, já que esta quantia é inferior ao mínimo necessário para sua reprodução. Ruy Mauro Marini trata da categoria da superexploração da força de trabalho que pode ser entendida como uma violação do valor da força de trabalho, seja porque a força de trabalho é paga abaixo do seu valor, seja porque é consumida pelo capital além das condições normais, levando ao esgotamento prematuro da força vital do trabalhador.

Marcelo Neri utiliza três índices adicionais ao critério renda para qualificar a Nova Classe Média, a fim de provar sua sustentabilidade, são eles: Potencial de consumo; Capacidade de Geração de Renda; e Expectativa sobre o Futuro. O primeiro índice sustenta sua tese por meio do aumento do consumo de bens duráveis pela Classe C, o autor caracteriza classe média por seus hábitos de consumo. Já o segundo, explora as possibilidades deste determinado grupo se firmar como classe média levando em conta a quantidade de anos de estudo, qualidade do emprego, previdência, etc. Baseado na definição de classe média para Thomas Friedman que a delimita como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro, o terceiro índice aborda questões subjetivas.

O atributo potencial de consumo conferido por Neri ignora três elementos determinantes de suma importância: o nível crescente de endividamento e comprometimento da renda das famílias; o aumento do desgaste da força de trabalho para poder acessar tais produtos; o barateamento de vários desses produtos, antes bens supérfluos, e que passaram à condição de bens de consumo necessário.

Marx denominou este último como elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e é ele o que explica que não há nada de estranho no fato de que, nas periferias urbanas pobres, se espalhem televisões, celulares ou computadores, apesar desta população

não ter acesso a bens básicos de sobrevivência, como alimentos, vestuário, entre outros (LUCE, 2013).

[...] o desenvolvimento material da sociedade e a generalização de novos bens vão transformando estes [novos bens] em bens necessários em épocas determinadas (OSORIO, 2009, p. 179).

Podemos afirmar que a sociabilidade capitalista impõe aos trabalhadores necessidades que antes inexistiam. Mesmo após este recente período de crescimento econômico com maior distribuição de renda, ainda há parcela da sociedade que não possui bens materiais básicos, próprios da época em que vivem e que satisfaça ao mesmo tempo e de maneira suficiente o resto de suas necessidades.

Uma característica da discutida Classe C é que o aumento de consumo de bens duráveis ou não, se deu principalmente por meio do crédito, que no período recente expandiu-se fortemente. Para uma parcela dos trabalhadores a única forma de acessar tais bens de consumo que se tornaram bens necessários foi por meio do endividamento ou ainda, submeter-se a uma carga extra de trabalho. Esta situação tipifica uma alteração do elemento histórico-moral sem que haja um acompanhamento pela remuneração.

Oliveira (2012), partilha da visão de Neri e afirma que a Nova Classe Média é manifesta principalmente pelo seu padrão de consumo, sendo que a principal via de acesso ao consumo para as classes mais baixas é a via crédito. Diante do cenário econômico mais favorável e dado o controle da inflação, os prazos para pagamento ficaram mais longos, assim, as parcelas passaram a se enquadrar no orçamento familiar. Para esta autora, o aumento do consumo significa que a Classe C busca prestígio social e um estilo de vida parecido com o da classe média tradicional, mesmo que para isso necessite se endividar.

Analisando somente o estrato de renda da Classe C sob os aspectos mais qualitativos deste segmento, os dados da POF apontam que 75% de suas unidades residenciais apresentam apenas um banheiro e que muitas delas ainda não dispõem de nenhum banheiro (400 mil). Quanto ao acesso a crédito, mais de 60% dos chefes de domicílio não dispõem de cartão de crédito, mais de 80% de cheque especial e mais de 70% de plano de saúde. Os dados da dimensão educacional também são pouco animadores: mais de 50% dos chefes de domicílio possuem apenas ensino fundamental completo ou incompleto, o primeiro ciclo da educação básica. E ainda, mais de 9% dos chefes de domicílio são analfabetos (UCHÔA; KERSTENETZKY, 2012).

Sob esta perspectiva, confirma-se que somente a renda não é uma boa *proxy* para estudos desse estrato social. Seu caráter é um pouco mais complexo, dada a forte desigualdade nos baixos padrões de vida e poucas oportunidades. Portanto, mesmo que os indivíduos na faixa de renda intermediária (Classe C) se tornem consumidores de bens duráveis, isto não é um indicador de que tenham deixado a condição de trabalhadores precarizados e se tornado classe média. Comemoram, sem maiores qualificações, a classe média das empregadas domésticas e dos analfabetos. (QUADROS et al., 2013).

O fato de a massa dos trabalhadores ter entrado no mercado por meio do consumo não significa que esta classe pobre se beneficie do mercado da mesma forma que aqueles que participam do consumo regularmente, como a classe média tradicional e a classe alta. Os pobres entram nas estatísticas de consumo de forma preponderante, mas possuem um baixo capital cultural para o jogo competitivo do mercado de trabalho. O nível educacional de tal estrato é insuficiente, falta-lhes educação mais regular e mais longa, cultura e profissionalização. Este é o principal gargalo da mobilidade social no Brasil (BOMENI, 2011).

Um critério mais adequado seria por meio da sociologia do trabalho, em que o tipo de ocupação qualifica quais segmentos da população pertencem a quais classes; a lógica é de como as pessoas ganham dinheiro, e não quanto dinheiro elas têm. Nesta concepção se destacam as relações e fatores estruturais e/ou institucionais estabelecidas pelos indivíduos. Classe social poderia então ser entendida como um conjunto de pessoas com trajetórias semelhantes. De modo igual, jovens estudantes de medicina, direito ou engenharia, por exemplo, apesar de provavelmente apresentarem rendimentos inferiores a dos profissionais, fazem parte da mesma classe das pessoas que atualmente ocupam as posição pelas quais eles aspiram e que já contam com rendimentos acima da média (SALATA, 2012).

Os fatores estruturais são descartados ao assumir a ideia de mobilidade social partindo unicamente de critérios econômicos. Ao desprezá-los, ignora-se os elementos determinantes da contínua reprodução da desigualdade no país. Além disso, outras questões como a educação e as garantias de sustentabilidade no mercado de trabalho são deixadas de lado, sendo que estas são de extrema importância para compreender as relações de poder inscritas na dinâmica social.

A tese da Nova Classe Média pretende demonstrar que o país está fundamentado social e economicamente na classe média, e não na imensa massa de trabalhadores manuais, trabalhadores do setor de serviços, nos pobres e excluídos que ainda representam uma parcela

bastante significativa da população. Desta forma, a ascensão da Classe C transformou-se em símbolo da política econômica de viés liberal pelo qual o país vem passando desde a década de 2000 e dos projetos sociais do governo. Tal modelo encobre as contradições sociais, a massa de trabalhadores intelectuais proletarizados, o aumento da exploração e a deterioração das condições de trabalho (ABDALA; MISOCZKY, 2012).

Em contrapartida, o Comunicado nº 104 do IPEA (2011) aponta os mesmos avanços que Neri, contudo não classifica a Classe C como classe média e sim como a parcela considerável da força de trabalho que conseguiu superar a condição de pobreza. Segundo o comunicado, a classe média, praticamente não sofreu alteração, manteve-se estacionada e continua representando cerca de 30% dos brasileiros, enquanto os trabalhadores de salário de base aumentaram a sua participação relativa de menos de 27%, em 1995, para 46,3%, em 2009 (IPEA, 2011).

Constata-se desta forma, que a principal mudança na estrutura social do país foi a saída da pobreza moderada e não a ascensão de uma Nova Classe Média, como anunciado. Outro movimento relevante da estrutura social do país não abordado neste estudo foi a saída da miséria, que foi impulsionada fortemente pelos programas 95ócias do governo, dentre eles Bolsa Família, benefício de prestação continuada para deficientes físicos e idosos, universalização da aposentadoria rural, etc.

### **3. Caracterização Estrutura Social do Brasil e a Classe C**

Após o exposto, este item pretende entender as características da Classe C, ou seja, responder quem compõem a intitulada “Nova Classe Média” e compará-la a classe média tradicional Brasileira. Esta última é caracterizada pelo segmento da sociedade que concentra seus os gastos em educação, cultura, lazer e serviços privados de saúde. Desta forma, possuem um nível de educação elevado, logo, alcançam uma posição na ocupação privilegiada. Para realizar tal comparação, utilizaram-se as faixas de renda descritas por Neri (2011) em relação a variáveis qualitativas que de acordo com o exposto nos itens anteriores, julgam-se essências para diferenciar a classe média das demais.

Os dados utilizados neste estudo são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o período de análise escolhido foi de 2002, 2005, 2009 e 2011, isto porque consegue englobar um intervalo de diferentes ciclos da economia brasileira. O primeiro ano, 2002, se refere ao último ano do governo FHC, quando as políticas de desenvolvimento com distribuição de renda eram mais tímidas e estabilidade era o foco

central. Em 2005, a postura do governo começa a tomar uma forma diferente, que pode ser intitulada de neodesenvolvimentista (BOITO, 2012), em que a política é voltada para o crescimento econômico acompanhado de transferência de renda. Os dados de 2009 e 2011 expressam a continuidade de tais políticas, mesmo após a eleição de Dilma Rousseff.

No que tange ao tratamento da base, foram excluídas as unidades domiciliares que não possuíssem informações sobre renda, sendo esta a principal variável para a delimitação da Classe C. Os dados referentes a pensionistas, empregados domésticos, assim como os parentes dos empregados domésticos qualquer um destes que residiam no domicílio, não foram levadas em consideração. Para este estudo, somente foram consideradas informações de domicílios particulares, seja permanente ou improvisado. Utilizou-se o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) a fim de deflacionar para reais (R\$) de setembro de 2011 todos os rendimentos.

Enunciou-se, no tópico precedente, que fatores relacionados à delimitação de classe, ultrapassam o quesito renda. Portanto, as variáveis selecionadas para este trabalho procuram satisfazer tal conceito, estas são: Nível de Educação, Posição na Ocupação, Horas Trabalhadas e Tipo de Trabalho. Todas elas foram construídas a partir de variáveis contidas na PNAD, por meio do “Dicionário de Variáveis” que permite entender as informações contidas nela para assim manipulá-las.

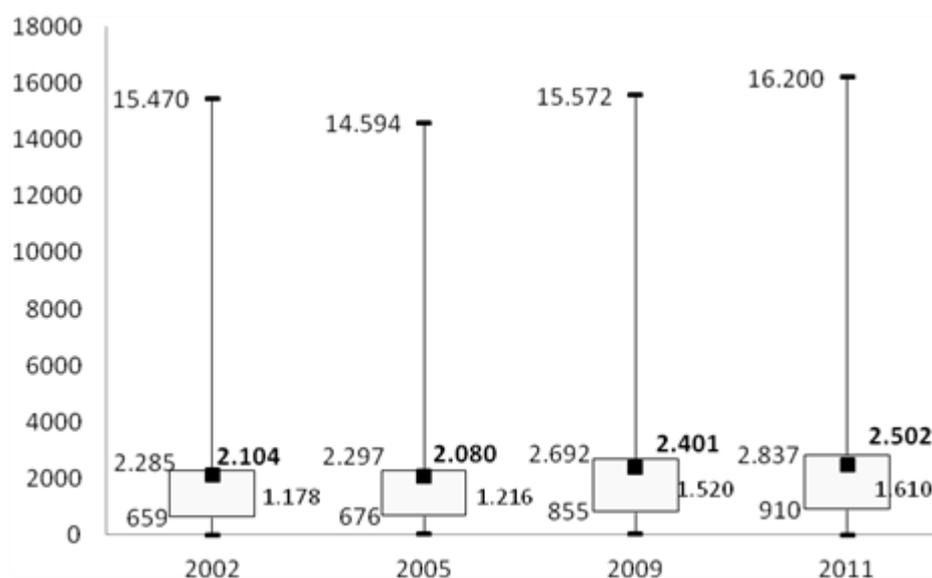
### **3.1. Análise da Distribuição de Renda no Brasil em 2002, 2005, 2009 e 2011**

A PNAD define como renda domiciliar o “rendimento mensal domiciliar para todas as unidades domiciliares, exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e das pessoas de menos de 10 anos de idade”. Por meio desta delimitação do conceito de renda domiciliar denominado pelo IBGE foi realizado o recorte de faixas de renda que o pesquisador Neri (2011) nomeia de Classe E, indivíduos que possuem uma renda domiciliar total de 0 a 751 reais, Classe D de 751 a 1.200 reais, Classe C de 1.200 a 5.174 reais e Classe AB de 5.174 reais em diante, a preços de 2011.

A fim de trazer um retrato da evolução da distribuição de renda no país nos anos de 2002, 2005, 2009 e 2011 o Gráfico 9 dimensiona a concentração de renda ainda presente. Mesmo que de forma limitada os parâmetros de posição da distribuição auxiliam a ilustração do modo com que a renda no país vem sendo dividida, entende-se que o coeficiente de Gini e

o índice de Theil são indicadores mais precisos, todavia, trazemos os dados por meio de um box plot que é uma ferramenta visual.

O Gráfico 9 pode ser analisado da seguinte forma, o menor valor de renda domiciliar a nível nacional é zero em todos os anos, em 2002, o primeiro quadrante, ou seja, 25% da população possui uma renda domiciliar de até 659 reais, enquanto o terceiro quadrante, 75% da população, possuía uma renda domiciliar de até 2.285 reais, o ponto máximo da pesquisa indica um domicílio com uma renda que auferiu o valor de 15.480 reais. Ainda em 2002, a renda domiciliar média, 2.104 reais, destoa-se significativamente da mediana, 1.178 reais, o que enfatiza a forte concentração de renda. Salienta-se que para retirar os valores atípicos da amostra utilizaram-se os pontos máximo e mínimo de 99% e 1% das bases de dados respectivamente.



**Gráfico 9:** Box plot: Distribuição da Renda Domiciliar (R\$) – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

De 2002 para 2005 a distribuição de renda não se alterou essencialmente, os valores são muito similares na distribuição exposta no Gráfico 9. Este é um reflexo direto da política econômica do período. Contudo, a partir de 2005, notou-se uma mudança na trajetória da política monetária, foi adotada uma postura mais flexível, em relação ao período anterior. Isto, inserido em um momento onde o cenário internacional era muito favorável ao Brasil, especialmente no que se refere ao setor externo, com a alta de preços das commodities e a forte demanda chinesa. Tal ambiente propiciou o crescimento econômico alinhado a políticas de distribuição de renda aderidas pelo governo Lula. — —

Em 2009, todas as faixas tratadas no Gráfico 9 auferiram valores mais altos que 2005 e 2011 seguiu a mesma tendência. Esta mudança no quadro distributivo de renda no Brasil está em consonância com o com o ponto de inflexão que o ano de 2005 representou, isto é, foram criadas e aprofundadas diversas de políticas voltadas para a parcela mais pobre da sociedade. Ao realizar uma comparação entre o primeiro ano do estudo, 2002, em relação ao último, 2011, observa-se um crescimento de 38% da renda domiciliar do primeiro quadrante, 37% da mediana, 19% da média, 24% do terceiro quadrante e 5% o ponto máximo.

A despeito de o Brasil ainda ser um país muito concentrador de renda, nota-se um deslocamento, especialmente, do quadrante inferior. Isto pode ser compreendido por meio o aumento da oferta de emprego formal, da ampliação dos benefícios de programas sociais para pessoas com remuneração inferior a um salário mínimo, da política de valorização do salário mínimo, além da universalização e vinculação do piso do benefício previdenciário ao valor do salário mínimo. Todos estes fatores apresentados contribuíram significativamente para essa configuração ao retirar muitas famílias da condição de pobreza.

Apesar do exposto, deve-se levar em consideração que embora o crescimento tenha sido de 38% da renda domiciliar do primeiro quadrante de 2002 para 2011 o valor de 910 reais como renda para um domicílio é muito baixo para o sustento de uma família. Trouxemos no capítulo anterior o conceito de Salário Mínimo Necessário do DIEESE que coloca um valor em R\$ 2.824,92 como o básico para uma família composta por quatro pessoas desfrutarem de uma vida digna. A política adotada foi de saída da miséria e não da condição de pobreza, pois um quarto da população ainda atinge como rendimento mensal somente 910 reais.

Outro método no qual podemos expressar um crescimento mais equitativo é a razão entre a renda média dos 10% mais ricos (RR) sobre a renda média dos 10% mais pobres (RP) como traz a Tabela 2. Em 2002, a renda média dos 10% mais pobre era de 244 reais, enquanto em 2011 era de 349 reais, o que representa um crescimento de 43%. Enquanto isso, a renda média dos 10% mais ricos em 2002 era de 9.071 reais e o mesmo número em 2011 era de 9.482 o crescimento no período foi de apenas 5%.

**Tabela 2:** Renda Média dos 10% mais ricos sobre a Renda Média dos 10% mais pobres – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011

Renda Média	Anos			
	2002	2005	2009	2011
<b>RR = Renda média dos 10% mais ricos</b>	R\$9.071	R\$8.578	R\$9.416	R\$ 9.482
<b>RP = Renda média dos 10% mais pobres</b>	R\$244	R\$284	R\$344	R\$349
<b>RR/RP</b>	<b>37,24</b>	<b>30,19</b>	<b>27,35</b>	<b>27,15</b>

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

A razão entre a RR e a RP diminuiu substancialmente no período analisado. Os movimentos que expressaram maiores mudanças são de 2002 para 2005, com o maior decréscimo do período de 19%, de 2005 para 2009 com decréscimo de 9% e finalmente de 2009 para 2011 com uma queda de apenas 1%.

A distribuição das faixas de renda das Classes A/B, C, D e E expressa na Tabela 3 também confirmam que foram as camadas mais baixas que auferiram maiores rendimentos no período analisado. Chama a atenção a classe E, domicílios com renda até 751 reais, que representava cerca de um terço da população brasileira em 2002 e foi perdendo espaço até chegar a 20% em 2011. A Classe C também ganhou espaço, não na mesma proporção que a Classe E, contudo a partir de 2009 passa a incorporar 50% da população. A participação das classes A/B e D na distribuição do percentual da população permaneceu quase inalterada no período do estudo cerca de 10% e 20% respectivamente.

**Tabela 3:** Distribuição da População por Faixas de Renda– Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011

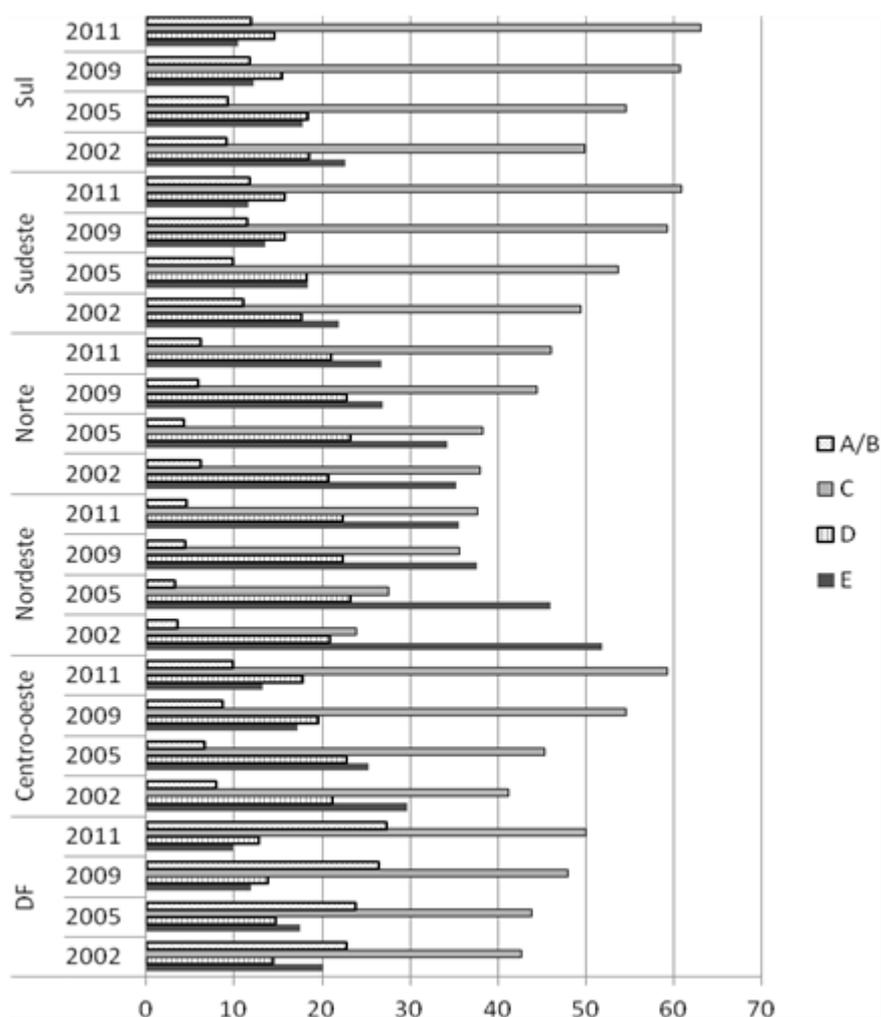
Faixas de renda	Anos			
	2002	2005	2009	2011
<b>A/B</b>	8%	7%	9%	9%
<b>C</b>	41%	45%	51%	53%
<b>D</b>	19%	20%	18%	18%
<b>E</b>	32%	28%	22%	20%

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

Para completar a análise de distribuição de renda no Brasil, iremos qualificar as mudanças ocorridas quanto a alocação de renda nas diferentes regiões do país e verificar se as desigualdades históricas foram amenizadas. O Gráfico 10 expõem a distribuição das classes A/B, C, D e E dentro de cada região, ano a ano. São notórios dois movimentos específicos, o

da queda da participação da Classe E em todas as regiões e o aumento de participação da Classe C em todas as regiões também. O que diferencia é a proporção da queda e do aumento, a região Nordeste foi que obteve o maior crescimento da Classe C de 2002 a 2011: 58%; e a região Norte a que menos ganhou a participação desta parcela da população: 23%.

No que se refere ao decréscimo da classe E, a região Centro-Oeste foi a que perdeu mais participação, 56% e a região Norte que perdeu menos, 24%. A Classe A/B cresceu em todas as regiões, em algumas mais como no Nordeste e no Sul, cerca de 30%, e em outras, menos como no Norte e no Sudeste, 2% e 7%, respectivamente. A Classe D decaiu na maioria das regiões, somente no Norte e no Nordeste que possuíram um pequeno crescimento, 2% e 7%, respectivamente.



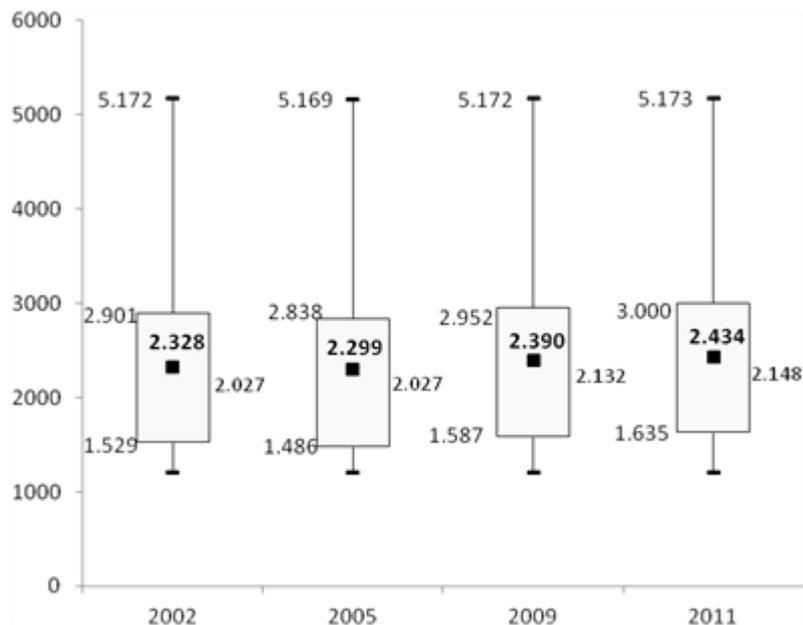
**Gráfico 10:** Estrato de Renda x Região Geográfica – Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (%)  
Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

Ainda que tenha ocorrido todos estes avanços, a faixa inferior de renda ainda é muito significativa para as regiões historicamente menos desenvolvidas, Norte e Nordeste, 21% e 38%, da população destas regiões possuem uma renda domiciliar de até 751 reais, respectivamente. As regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, apresentam uma distribuição do percentual de suas populações muito próximas, com cerca de 12 % na Classe A/B, 63% na Classe C, na 15% Classe D e na 11% Classe E.

### **3.2. Análise de distribuição de renda dentro da Faixa C**

Dada a notável ascensão da Classe C justifica-se uma análise mais detalhada sobre ela, visto que esta é composta por cerca de 50% dos brasileiros. A partir da definição de Classe C de Neri (2011), renda domiciliar de 1.200 á 5.174 reais, discutiremos neste e no próximo tópico quem são e como são esta parcela da população. Um ponto importante é o grande intervalo de renda que corresponde a esta classe, domicílios com renda de 1.200 reais possuem hábitos de consumo, acesso a serviços e possibilidades de investimento muito diferentes de domicílios com renda de 5.174 reais.

O Gráfico 11 expressa a distribuição de renda dentro da Classe C e como ela evoluiu ao longo dos anos de 2002, 2005, 2009 e 2011. O primeiro quartil desta classe possuía uma renda de 1.529, 1.486, 1.587 e 1.635 reais em 2002, 2005, 2009 e 2011 respectivamente. Estes números não expressam grande mudanças, de forma geral o Gráfico 11 nos transmite a ideia de que não houveram alterações significativas na distribuição de renda dentro da Classe C.



**Gráfico 11:** Box plot: Distribuição da Renda Domiciliar dentro da Classe C– Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011

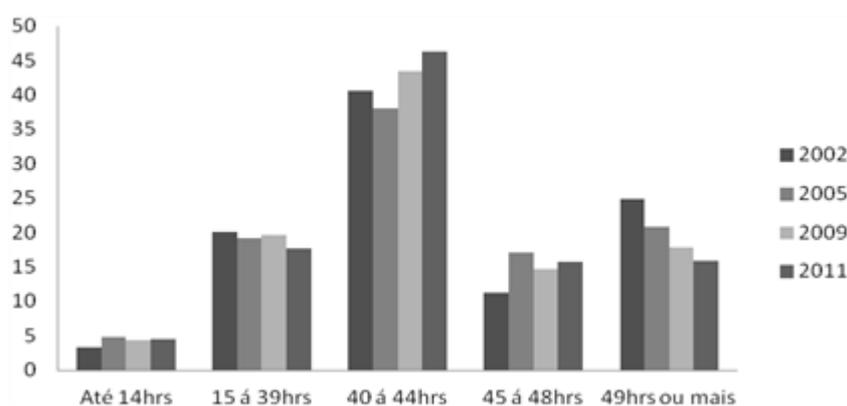
Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

Portanto, temos que 50% das pessoas que compõem a classe C possuem uma renda em torno de 2.100 reais e que somente 25% das que fazem parte desta classe possuem uma renda superior a 3.000 reais. Se o piso de entrada para a classe C fosse alterado para 1.500 reais, fundada na concentração de renda muito elevada, em torno de 25%, os percentuais das faixas de composição do país seriam significativamente modificados. Isto é, se hoje a Classe C corresponde a cerca de 50% da sociedade, ao retirarmos 25% dela, esta passaria a representar 37% da população e a Classe D representaria 33% dado que hoje corresponde a 20%. Esta parcela correspondente à faixa inferior de renda possui características que se aproximam mais da Classe D do que a uma suposta nova classe média.

### 3.3. Evolução dos Indicadores da Faixa C

Como exposto em outros tópicos, temos como escopo qualificar a Classe C não só pela delimitação da renda, mas por características que podem delimitar proximidades ou não com a tradicional classe média. Trataremos de quatro variáveis em especial, estas são: Nível de Educação, Posição na Ocupação, Horas Trabalhadas e Tipo de Trabalho. Além destas, iremos explorar a tendência de decréscimo das famílias que compõem tal faixa de renda, o percentual de gasto com moradia e entre outras informações e conclusões relevantes.

No item anterior, foram expostos os dados em relação a oferta de emprego, as taxas decrescente do nível de desemprego de 12,6%, 9,8%, 8,1% e 6% em 2002, 2005, 2009 e 2011 (IBGE). O Gráfico 12 nos permite concluir que a Classe C se beneficiou deste momento favorável, pois a maioria dela encontra-se na faixa dos que trabalham de 40 á 44 horas semanais. Esta informação nos faz entender que trata-se de trabalhadores assalariados formais, já que esta é a jornada máxima de trabalho que segundo a legislação trabalhista. Outro ponto a se ressaltar é a diminuição de horas trabalhadas dentro do período analisado. Houve redução ano a ano na parcela da Classe C que trabalha mais de 49 horas por semana.



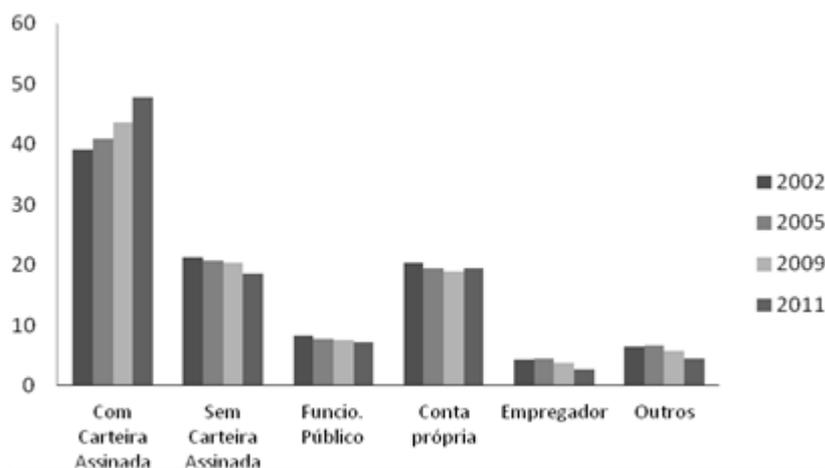
**Gráfico 12:** Classe C x Horas Trabalhadas – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (em %)

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

De acordo com o exposto podemos afirmar que a Classe C se aproxima da tradicional classe média quanto a horas trabalhadas e ao emprego formal. Isto por que ela historicamente é composta por funcionários públicos, por trabalhadores mais qualificados e que possuem condições de trabalho mais dignas, além é claro, do segmento mais alto que corresponde a dirigentes, empregadores, entre outros. Para cruzar essas informações e verificar se tal conclusão é correta, foi utilizado a variável da PNAD “Posição da ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos de idade ou mais”.

Com o intuito de construir a variável “Posição na Ocupação”, algumas categorias da PNAD foram agrupadas. O agrupamento “com carteira de trabalho assinada” inclui trabalhadores domésticos, “funcionário público” contempla militares, “sem carteira de trabalho assinada” abrange trabalhadores domésticos, “Outros” engloba trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e não remunerado. As categorias “conta própria” e “empregador” não precisaram agrupar outras posições.

A hipótese de que a Classe C se concentra em trabalhadores “com carteira assinada” se confirma por meio do Gráfico 13. Esta parcela chega a quase 50% da Classe C, o percentual de “funcionários públicos” não é muito relevante, em torno de 7%. As posições na ocupação que também se destacam são os trabalhadores por “conta própria”, seguido pelos trabalhadores “sem carteira assinada” que correspondem a 20% da composição cada, números referentes a 2011. Desta forma, no mínimo um quinto da classe C possui condições de trabalho precárias e instáveis.



**Gráfico 13:** Classe C x Posição na Ocupação – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (em %) Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

Com o objetivo de auxiliar a interpretação dos recentes movimentos das classes médias no interior da estrutura social brasileira utilizaremos informações sócio-ocupacionais. Este é um meio para qualificarmos de forma mais assertiva as informações que temos até o momento.

Segundo Goldthorpe, a definição de grupos de classes está pautada sobre os contratos de trabalho. Desta forma, as condições de emprego determinam as classes sociais. Tais condições podem ser exemplificadas pela estabilidade em relação à remuneração, qualificação profissional e dificuldade em determinar seu tipo de trabalho. Sob esta perspectiva analisaremos as condições de empregos predominantes sobre as quais a Classe C está submetida. Para isto, nos aproximaremos do esquema de classificação desenvolvido por Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1969), o qual é construído a partir de informações ocupacionais e possui como objetivo diferenciar posições dentro do mercado de trabalho e das unidades produtivas.

Na construção desse esquema, foi utilizado a informação advinda da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) gerida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para fundamentar as decisões quanto a delimitação do tipo de trabalho. O primeiro critério de distinção engloba cargos de liderança como dirigentes, diretores, gerentes e especialistas e são qualificados como Dirigentes. O segundo foi delimitado basicamente por o trabalhador possuir ou não o nível de ensino superior, nomeia-se a parcela que possui de trabalho “Não Manual”. Isto posto, evidencia-se a semelhança entre as duas primeiras delimitações com a antiga classe média de Mills (1951).

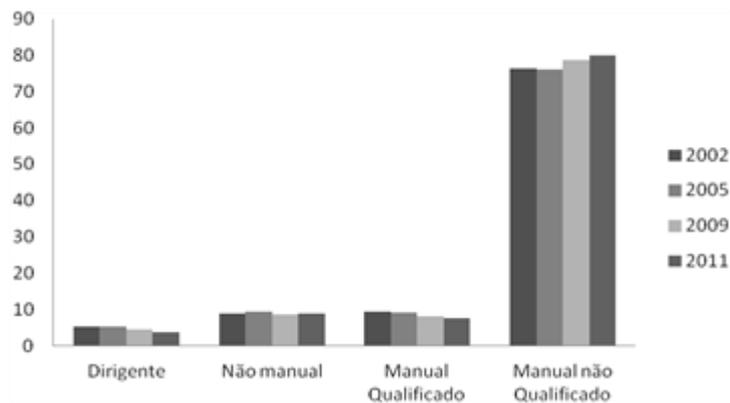
A terceira delimitação classifica trabalhadores com cargo de supervisores ou que exerçam cargos de nível técnico, estes foram classificados como “Manual Qualificado”. Agora, vendedores, trabalhadores de atendimento ao público, de serviços, e operários foram classificados como manual não qualificado. O Quadro 1 é um resumo destas delimitações de tipo de trabalho que expomos a pouco.

**Quadro 1:** Resumo da delimitação própria de tipo de trabalho

Dirigentes	Dirigentes, diretores, gerentes, especialistas.
Não Manual	Engenheiros, advogados, médicos, profissionais com ensino superior.
Manual Qualificado	Supervisores e profissionais técnicos.
Manual Não Qualificado	Secretários, atendentes de telemarketing, operários, entre outros.

Fonte: Elaboração dos autores.

Os pertencentes a tradicional classe média encontram-se majoritariamente entre os Dirigentes e os trabalhadores não manuais quanto à divisão sócio-ocupacional. O Gráfico 14 explicita que a Classe C não se aproxima da realidade da tradicional classe média quanto ao tipo de trabalho. Isto porque a Classe C concentra-se em trabalhadores manuais não qualificados. Diante dos dados expostos do período analisado, não há perspectiva aparente para mudança deste cenário.



**Gráfico 14:** Classe C x Tipo de Trabalho – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (em %)

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

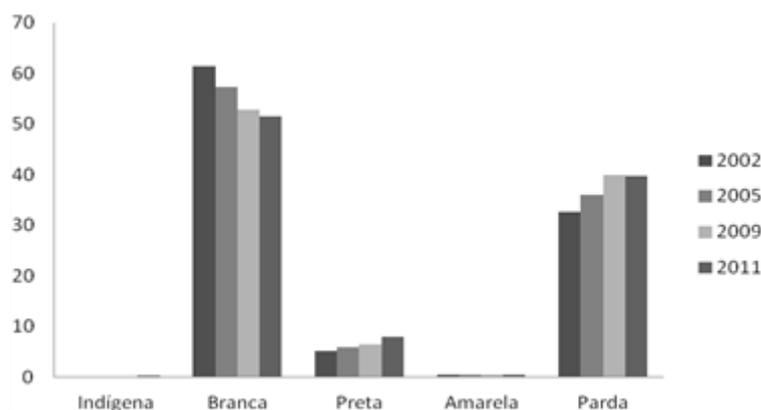
A participação dos trabalhadores manuais não qualificados aumenta no período analisado, passa de 76%, em 2002, para 80%, em 2011. Contudo, é importante salientar que essa categoria é bastante heterogênea e incorpora ocupações com baixo prestígio, autonomia no emprego, estabilidade e renda. Já os profissionais não manuais, manuais qualificados e dirigentes se mantiveram em baixo patamar.

Outra relação importante sobre a verificação de uma distribuição mais equitativa da renda é se esta beneficiou camadas da sociedade historicamente excluídas e marginalizadas, os pretos e pardos. Esta parcela da população se concentra especialmente nas Classes D e E, cabe aqui analisarmos a composição da Classe C e se estes foram incorporados na ascensão desta Classe. O Gráfico 15 aponta a distribuição percentual (%) das cores da Classe C para os anos de 2002, 2005, 2009 e 2011.

Nota-se uma queda contínua na participação de brancos na Classe C, enquanto os pretos e os pardos conquistaram mais espaço. É importante salientar que não há uma definição de cor padronizada, os indivíduos declaram de acordo com a cor que mais se identificam. Os brancos ainda são maioria da Classe C, representam 51%, enquanto os pretos 8% e os pardos 40%, em 2011. O crescimento da participação de negros e pardos entre 2002 e 2011 foi de 54% e 21% respectivamente. As desigualdades raciais persistem, contudo observa-se uma evolução neste aspecto por meio das mudanças da composição da classe C.

Uma tendência observada pelo Censo (IBGE) ano a ano é a redução do tamanho médio das famílias. A tradicional classe média é composta por famílias que possuem pouco menos que quatro indivíduos, a Classe C se aproxima desta realidade, em 2005 o tamanho médio das famílias era de 4,46, em 2009 4,19 e em 2011 4,08. Fica evidente a propensão de redução do tamanho da unidade familiar refletida também na Classe C. O tamanho médio da

família foi definido pelo número de componentes do domicílio, exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

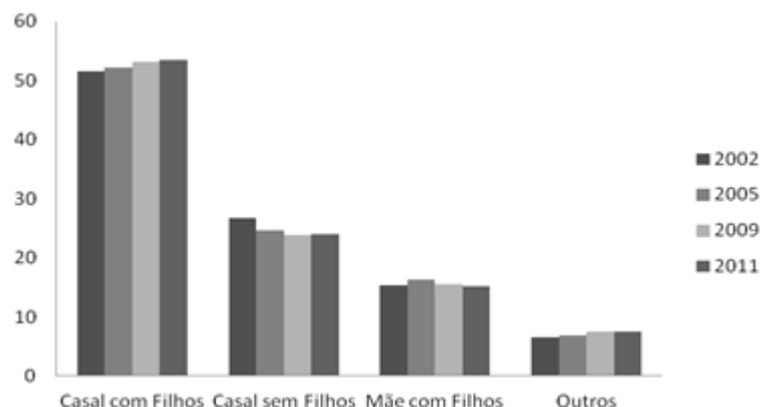


**Gráfico 15:** Classe C x Cor – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (em %)

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

Ainda abordando a composição da típica família da Classe C, o Gráfico 16 nos traz o arranjo familiar predominante de casal com filhos. Esta realidade também se aproxima da tradicional classe média. O arranjo mãe com filhos é mais presente dentro das Classes D e E. Um ponto que não é percebido pelos números é o aumento da composição casal sem filhos, muito discutido como nova tendência, ao contrário, pelo gráfico nota-se que na Classe C há um leve declínio deste arranjo.

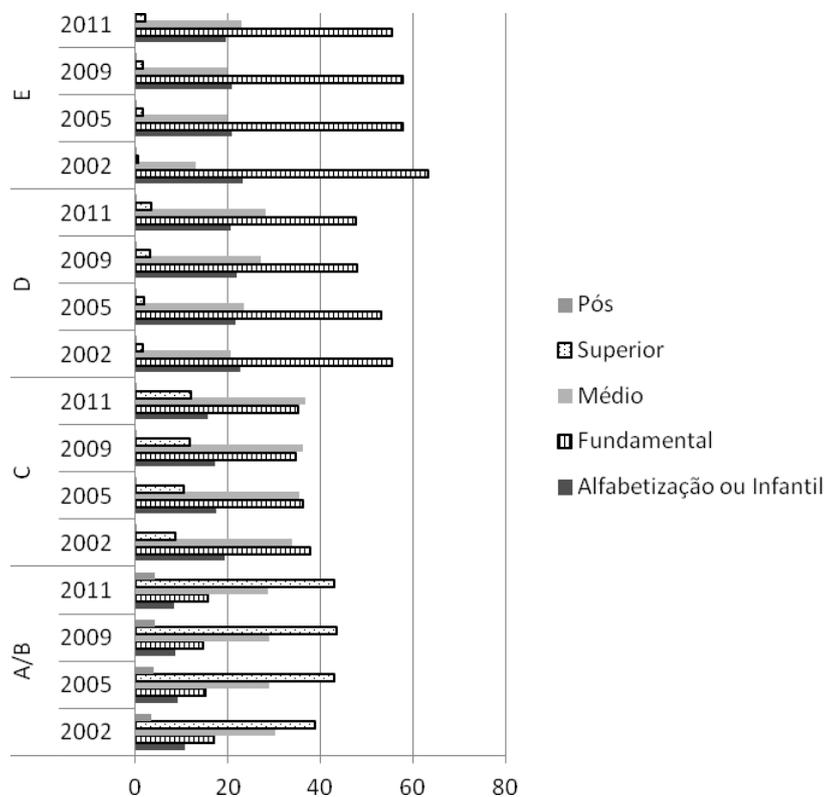
De acordo com os dados da PNAD, ano a ano, essas famílias comprometem até 40% de sua renda em despesa de moradia, este percentual abrange 95% da Classe C e foi calculado pela razão do gasto com moradia, seja ele com o pagamento de prestação ou aluguel, dividido pela renda total. Tal percentual é um pouco elevado, dado que o máximo recomendado é de 30%.



**Gráfico 16:** Classe C x Arranjo Familiar – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (em %)

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

Uma análise adicional fundamental é quanto ao nível de educação da classe C e a evolução ao longo do tempo. O Gráfico 17 expõem o nível de educação para todos os estratos de renda, Classe A/B, C, D e E, para o período de 2002, 2005, 2009 e 2011. Os dados mostram que a Classe C está estudando mais, contudo ainda permanece muito distante da realidade da tradicional classe média.



**Gráfico 17:** Estratos de Renda x Nível de Educação – Nível Brasil 2002, 2005, 2009 e 2011 (%)

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

A Classe C em 2002 possuía cerca de 20% de sua composição em nível de educação de Alfabetização ou infantil, 40% no nível fundamental, 30% no nível médio, 9% no nível superior e menos de 1% com pós-graduação. Em 2011, 15% em nível de educação de Alfabetização ou infantil, 35% no nível fundamental, 35% no nível médio, 10% no nível superior e menos de 1% com pós-graduação. Em termos de crescimento, a principal variação foi no ensino superior que cresceu 39%, enquanto o nível mais baixo de educação decresceu cerca de 20%.

Em todos os estratos de renda os níveis de educação alfabetização ou infantil e fundamental decresceram, ao mesmo tempo em que nos menores estratos de renda Classe D e E aumentou a cada ano o nível de educação de ensino médio. A classe A/B, maior estrato de renda, é composta majoritariamente pela população com nível superior, 40%, esta também concentra o maior percentual de pessoas com pós-graduação se comparado aos demais estratos de renda.

#### **4. Considerações Finais**

Por meio das informações aqui apresentadas nota-se um avanço a despeito da distribuição de renda do país, embora ainda muito concentradora, observa-se dois principais movimentos: redução da classe E que representa as famílias em condições de miséria e a ascensão da classe C, a intitulada nova classe média. Ambos os movimentos podem ser compreendidos por meio do aumento da oferta de emprego formal, da ampliação dos benefícios de programas sociais, da política de valorização do salário mínimo, além da universalização e vinculação do piso do benefício previdenciário ao valor do salário mínimo aliado ao crescimento econômico do período.

A razão entre a renda média dos 10% mais ricos sobre a renda média dos 10% mais pobres diminuiu substancialmente no período analisado (2002, 2005, 2009 e 2011). Desta forma, fica explícito que foram as camadas mais baixas que auferiram maiores rendimentos. Houve uma redução substancial da classe E, esta representava cerca de um terço da população brasileira em 2002 e apenas 20% em 2011.

Este movimento refletiu-se na distribuição regional de classes, a queda da participação da Classe E ocorreu em todas as regiões do país, ao mesmo tempo em que a participação da Classe C aumentou também em todas as regiões. A ascensão da classe C está diretamente ligada à política econômica voltada para o mercado interno, pois ela é a massa consumidora. Esta correspondia a cerca de 50% da população brasileira em 2011, entretanto, sua população

concentra-se na faixa inferior com renda de até 3.000 reais. Isto ocorre por englobar um intervalo muito extenso de renda, há realidades muito mais próximas da classe D se comparado a outra ponta, classe A/B.

A Classe C se beneficiou deste momento favorável, a maioria dela encontra-se na faixa dos que trabalham de 40 á 44 horas semanais, ou seja, são trabalhadores assalariados formais. Entende-se desta forma que este segmento do sociedade foi duplamente beneficiado neste período, pois ao mesmo tempo que havia mais oferta de emprego formal havia uma política de valorização do salário.

A partir das informações tratadas no artigo constrói-se a típica família da classe C, pois esta obedece às características predominantes aqui tratadas: trabalhadores com carteira assinada que possuem um trabalho manual não qualificado, justificado pelo baixo nível de educação, estudaram apenas até o ensino fundamental ou médio. É composta majoritariamente por famílias de casal com filhos, sendo a maioria branca e com tendência a reduzir seu número de componentes.

Embora ainda seja maioria na classe C, os brancos estão perdendo participação na composição total, enquanto os pretos e os pardos conquistaram mais espaço. As desigualdades raciais persistem, contudo observa-se uma evolução neste aspecto por meio das mudanças da composição da classe C. Ainda tratando de quebras de paradigmas, os dados mostram que a Classe C está estudando mais, contudo ainda permanece muito distante da realidade da tradicional classe média.

Desta forma, constata-se que esta é uma parcela da classe trabalhadora que possui rendimentos insuficientes para investir em educação, conseqüentemente sua colocação no mercado de trabalho é precária. Assim, se exposta a algum tipo de choque ou crise econômica ela não conseguiria se manter no mesmo patamar de bem estar. Trata-se de um segmento da população que se difere essencialmente da tradicional classe média. Portanto, de acordo com a discussão feita neste trabalho, a utilização do termo classe média para a Classe C nubla o significado de classe social e o entendimento das questões relativas a desigualdades.

## Referências

ABDALA, P. R. Z.; MISOCZKY, M. C. A. **A Nova Classe Média e a Dialética do Consumo**. XXXVI Encontro ANPAD, Setembro de 2012, Rio de Janeiro.

BACEN. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. 2012. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp>>. Vários acessos.

BIELSCHOWSKY, R.; SOUZA, J. A. P. Evolução macroeconômica e estratégia de desenvolvimento, in: **Projeto Brasil 2003-2010: Trajetórias e desafios**. - Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

BOITO Jr., A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV. São Paulo, 2012.

BOMENI, H. **Do frango ao avião ou o que é possível dizer sobre a nova classe média brasileira? Notas exploratórias**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011.

BRASIL: **Uma estratégia inovadora de crescimento com equidade**/Escritório da Organização Internacional do Trabalho, Instituto Internacional de Estudos do Trabalho. – Genebra: OIT, 2011.

DIEESE. **Cesta Básica Nacional Metodologia, 1993**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>>. Acesso em: 20.04.2013.

\_\_\_\_\_. **Política de Valorização do Salário Mínimo: Salário mínimo de 2013 será de R\$ 678,00**. Nota Técnica nº 118 – dezembro 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec118salarioMinimo2013.pdf>>. Vários acessos.

FRANÇA, B. H. **Classe Média ou Novo Proletariado**. São Paulo em Perspectiva, 8(1): 42-51, janeiro/março 1994. SEADE.

GOLDTHORPE, J. H. et al. **The Affluent Worker in the Class Structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

GUERRA, Alexandre et al. (Orgs.). **Atlas da nova estratificação social no Brasil – classe média: desenvolvimento e crise**. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Tabelas de resultados - Indicadores de 2004 a 2011**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilio\\_s\\_anual/2011/tabelas\\_pdf/sintese\\_ind\\_7\\_1\\_1.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilio_s_anual/2011/tabelas_pdf/sintese_ind_7_1_1.pdf)>. Acesso em: 13/07/2013.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: microdados e dicionários**. Disponível em:<[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 20/01/2014.

\_\_\_\_\_. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**. Disponível em:<[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 15/05/2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, **Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras**. Comunicados nº104 do Ipea, 2011.

LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Tradução de Marcelo Dias Carcanholo. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MATTEI, L.; MAGALHÃES, L. F. Política Econômica Durante o Governo Lula (2003-2010): cenários, resultados e perspectivas. In: **Nunca antes na história desse país...? um balanço das políticas do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll, 2011.

MILLS, C. W. **White Collar**. New York: Oxford University Press, 1951.

NERI, M. C. **A Nova Classe Média. O Lado Brilhante da Base da Pirâmide**. Ed. Saraiva, 2011.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **A Nova Classe Média. O Lado Brilhante dos Pobres**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVEIRA, F. L. A nova classe média brasileira. **Pensamiento Iberoamericano** n° 10, 2ª época, 2012.

OSORIO, Jaime. **Dependência e superexploração**. In: MARTINS, Carlos Eduardo; SOTELO VALENCIA, Adrián (Orgs.). A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/> >. Acesso em: 20/11/13.

POCHMANN, M.; AMORIM, R.; SILVA, R.; GUERRA, A. **Classe Média: desenvolvimento e crise**. São Paulo/SP. Cortez Editora, 2006.

PORCHMANN, M. **Nova Classe Média? O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2012.

QUADROS, W. J. GIMENEZ, D. M. e ANTUNES, D. J. N. O Brasil e a nova classe média dos anos 2000. **Carta Social e do trabalho**, UNICAMP, Campinas, n. 20 – Outubro a Dezembro de 2012.

QUADROS, W. Brasil: um país de classe média? **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 4, n.40, dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Estratificação social no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008a. (Texto para discussão, n. 147). Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/>>. Acesso em: 20/11/12.

\_\_\_\_\_. A reestruturação das empresas e o emprego de classe média. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (orgs.). **Crise e trabalho no Brasil – modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996. p. 171-187.

SALATA, A. Notas sobre a tese da Nova Classe Média Brasileira. **Observatório das Metrópoles**, 2012.

SCALON, C. SALATA, A. Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012

SOBRINHO, G. G. de F. X. 'Classe C' e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média? Índice Econômico. **Ensaio FEE**, v. 38, n. 4, p. 57-80, 2011.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TRÓPIA, P. V. A inserção de classe dos assalariados não-manuais: um debate com a bibliografia marxista sobre a classe média. In: **30ª Reunião Anual da ANPED**, 2007, Caxambu. Resumos: ANPED - 30 anos de pesquisa e compromisso social. Rio de Janeiro: ANPED, 2007. v. 1.

\_\_\_\_\_. Nova classe média: uma síntese do capitalismo. IHU, 2008. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/17247-nova-classe-media-uma-sintese-do-capitalismo-entrevista-especial-com-patricia-tropia>>. Acesso em: 03/07/2013.

UCHÔA, C.; KERSTENETZKY, C. L. **É a 'nova classe média' classe média? O que diz a Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009)**. Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento Regional - UFF. Niterói, 2012.

VICENTE, E. Nova classe média: um delírio coletivo? **VI Encontro Nacional de Estudos de Consumo**. Rio de Janeiro, 2012.

**Recebido em 03.11.14**

**Aprovado em 12.03.15**